

EIXO TEMÁTICO 7 – ARQUITETURA VERNÁCULA E A SALVAGUARDA DE TRADIÇÕES

O MODO DE COZINHAR COMO ARQUITETURA VERNÁCULA: as cozinhas e a culinária Xakriabá da caatinga

MATTOS CORREA, ADRIANO (1);

1. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Projetos
Rua Capelinha 466, apto 321 Serra, Belo Horizonte - MG
adrianoarquiteto@yahoo.com.br

RESUMO

Os habitantes do território Xakriabá estão perdendo e estão carentes e necessitados de valorizar e de usar com proveito dos recursos da caatinga e do cerrado, além das práticas culinárias cultivadas tradicionalmente, em suas vidas cotidianas. Há uma abordagem e uma demanda direta vinda de professores e lideranças Xakriabá sobre investir nessas 'cozinhas', - tanto no espaço físico, nos fogões e nos utensílios culinários, como nas receitas tradicionais, nos modos e no uso de ingredientes coletados na caatinga/cerrado e também cultivados em suas lavouras. Para tanto se faz necessário valorizar e trabalhar por preservar o conhecimento das 'Mestras da Cozinha': cozinheiras reconhecidas pela comunidade Xakriabá, e que ainda podem ensinar, desdobrar receitas e modos de preparo cultivados e contextualizados no território desta etnia indígena. Hoje, as crianças e jovens comem mal (cada vez pior pela carência, impossibilidade das roças, da seca e por questões econômicas/sociais contemporâneas nas aldeias) e perdem pouco a pouco o conhecimento adquirido durante anos de vida e existência neste bioma singular. Dada as dificuldades contextuais, acabam por ceder aos produtos alimentares processados e industrializados comprados com o pouco dinheiro do programa de 'Bolsa Família' do Governo Federal. E se vai perdendo a possibilidade e a tradição de produzirem seus próprios alimentos e mesmo de desenvolver outros modos e técnicas para se alimentarem, - a seca está terrível e a falta d'água tem devastado a colheita do plantio.

Palavras-chave: Arquitetura Vernácula; Culinária Indígena; Contexto Territorial.

INTRODUÇÃO

ARGUMENTO: POR UMA COZINHA XAKRIABÁ COMO PRÁTICA CONTEMPORÂNEA DE ARQUITETURA VERNÁCULA

Como Professor de Arquitetura na UFMG, como propositor de oficinas com Mestres e Mestras Indígenas no Programa de Formação Transversal em Saberes Tradicionais da UFMG e como professor no curso de Licenciatura em Formação Intercultural de Educadores indígenas do FIEI (Formação Intercultural de Professor) na Faculdade de Educação da UFMG, após orientar trabalhos de formação de indígenas Xakriabá no FIEI, de desenvolver inter-módulos de formação nas Aldeias deste povo, de construir um espaço para educação Indígena na Aldeia da Caaatinginha na Reserva Xakriabá no município de São João das Missões em Minas Gerais com diversos estudantes e professores da UFMG em cumplicidade com os indígenas desta Aldeia, de acolher mestres e mestras Xakriabá na FAE/UFMG para a construção de uma casa Xakriabá, colher pigmentos e realizar a pintura de “*Toá*” nesta casa, construir fornalhas e fogões tradicionais e experimentar a prática da cozinha tradicional Xakriabá baseada na coleta de frutos da caatinga e na lavoura cultivada por estes indígenas em contextos geográficos diversos e tão singulares: __ fica evidente a necessidade de se desenvolver junto ao povo Xakriabá e nas Escolas Indígenas locais práticas formativas com as crianças sobre o cultivar, o coletar, o construir fogões e utensílios culinários, o cozinhar e o comer, elaborado como conhecimento e saber singular constituinte desse povo indígena em seu contexto geográfico, social, econômico e cultural específicos.

Considerar a “*cozinha*” e os modos de cultivar e cozinhar como formas de manter viva a produção de uma “*arquitetura vernácula*” contextualizada no território e inserida na vida contemporânea dessa particular etnia indígena.

Os habitantes do território Xakriabá estão perdendo e estão carentes e necessitados de tornar a aprender a usar dos recursos da caatinga e do cerrado, além das práticas culinárias cultivadas tradicionalmente, em suas vidas cotidianas.

Há uma abordagem e uma demanda direta vinda de professores e lideranças Xakriabá sobre investir nessas “*cozinhas*”, - tanto no espaço físico quanto nos modos e no uso de ingredientes coletados e cultivados em suas terras.

Hoje, as crianças e jovens comem mal (cada vez pior pela carência, impossibilidade das roças, da seca e por questões econômicas/sociais contemporâneas nas aldeias) e perdem pouco a pouco o conhecimento adquirido durante anos de existência na região e

a possibilidade de desenvolver outros modos e técnicas para se alimentarem, - a seca está terrível e a falta d'água tem devastado a possibilidade de plantio.

O TERRITÓRIO: BIOMA DE TRANSIÇÃO ENTRE A CAATINGA E O CERRADO

Para o historiador de Genebra André Corboz, cada “*território*” depende do dinamismo dos fenômenos de formação e produção contínua do seu significado:

“o território é único, daí a necessidade de ‘reciclar’, de raspar mais uma vez (mas com o maior cuidado possível) o velho texto que os homens escreveram sobre o insubstituível material dos solos, a fim de depositar um novo que responda às necessidades de hoje, antes de ser por sua vez revogado”... (CORBOZ, 1983)

Não há “*território*” sem a construção do imaginário do “*território*”. (CORBOZ, 1983)

A etnia Xakriabá é a mais populosa de Minas Gerais: mais de 9000 indígenas (dados FUNASA 2010), - fortes resistentes ao processo de colonização, conquistaram a homologação de parte do seu território no ano de 1987. A Reserva localiza-se no extremo norte de Minas Gerais, município de São João das Missões. O bioma é de transição entre cerrado, mata seca e caatinga. Fica na proximidade do rio São Francisco e do Parque Nacional do Peruaçu.

O território demarcado localiza-se no polígono da seca (atualizado pela SUDENE em 2017), - vem sofrendo com a forte escassez de chuvas e perdas sucessivas de toda a produção agrícola e parte da pecuária desde 2012. Confrontados a essa realidade, a etnia Xacriabá tem consciência da importância em preservar seus conhecimentos e tradição relacionados à culinária desenvolvida neste contexto singular: alimentada pelo extrativismo dos frutos e outras espécies vegetais nativas da caatinga, - respeitando seus ciclos, presando por uma caça sustentável e por uma lavoura de caráter familiar.



Figura 1 - Aspectos do “território” ocupado pelo povo Xakriabá – caatinga e cerrado
Fonte: Autor, 2019

O POVO XAKRIABÁ: A POLÍTICA DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS, O ALDEAMENTO E A COLONIZAÇÃO PRECOCE

Traduzir a história do povo indígena Xakriabá é também entender do que se passou com essa cultura indígena, que desde o Séc. XVII vem passando por incontáveis processos opressores e por isso transformadores dos meandros dessa cultura. A Etnia 2.habitante da maior terra indígena de Minas Gerais, na região do parque do Peruaçu no norte do Estado, porém historicamente reconhecidos por habitar o centro brasileiro.

“Historicamente, os Xakriabá estão relacionados aos movimentos colonizadores no alto-médio São Francisco, no norte de Minas Gerais. Um documento outorgado pelo bandeirante paulista Januário Cardoso de Almeida, na qualidade de “Deministrador do Indios da Missão do Snr S. João do Riixo do Itacaramby” (Certidão Verbum-Adverbum – Uma doação – anexo 1), definiu limites das terras ocupadas pelos índios numa carta de doação, protocolada em Cartório, no ano de 1728. Junto com a definição dos limites territoriais, o bandeirante ordenou para que se “ajuntassem” todos os índios que andavam para fora da Missão, para que fossem doutrinados, não furtassem os fazendeiros e virassem trabalhadores de suas fazendas” (OLIVEIRA, 2008, p.12).

“Ajuntar” os povos indígenas que ali estavam para doutrinação, já em 1728, assegura uma natureza de assentamento sem qualquer precedente étnico, ou cultural e dos modos de viver e habitar. E com o viés colonizador que o termo “ajuntar” acarreta, possivelmente ali já aconteciam as primeiras transformações e imposições de outras significações para o território de existência e seus modos de viver.

“Neste mesmo período ocorre a chegada do bandeirante Matias Cardoso e posteriormente de seu filho Januário Cardoso de Almeida nesta região que com a finalidade de restaurar a segurança dos sertões. Escraviza os índios para utilizá-los como mão-de-obra na abertura de fazendas

voltadas principalmente para a criação de gado e na construção de igrejas” (SANTOS, 1997, p.18 e 19).

Só a partir do século XX que os Xakriabá demarcam e homologam suas terras juntos ao órgão responsável neste período (e até hoje), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e assim começam uma nova história da possibilidade de *resgatar/retomar* aspectos étnicos, - de relação com a terra e a cultura. A homologação ocorre concomitante à chegada da Fundação Rural Mineira Colonização e de Desenvolvimento Agrário (RURALMINAS). Não que a empresa de cunho Estatal tenha se posicionado a favor dos Xakriabá, mas ela questionava a identidade étnica e cultural destes povos para tomar-lhes as terras, para a produção pecuarista e agrícola. O que levou os mesmos a mobilizarem apoio para a proteção do território e de sua identidade étnica, com a tutela do Governo Federal via FUNAI.

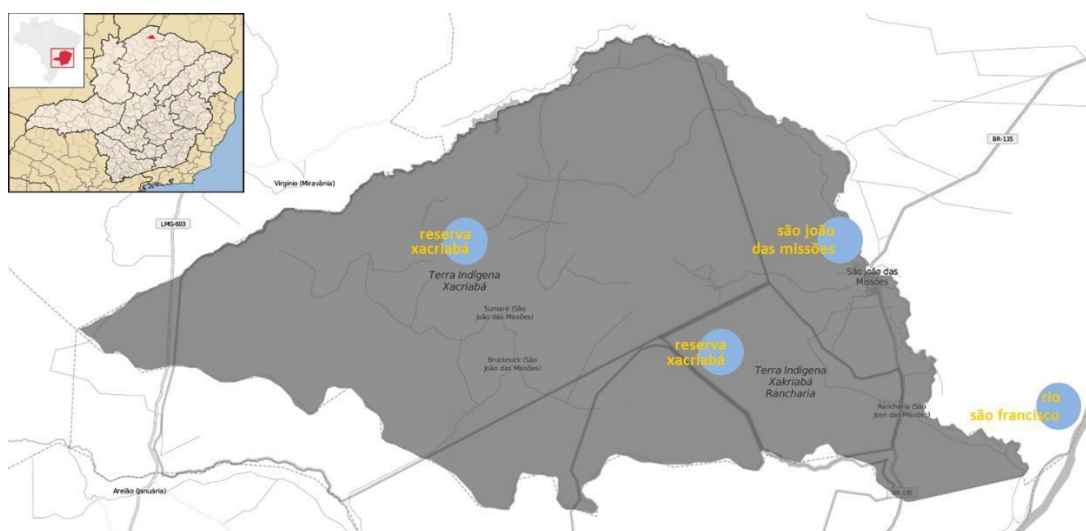


Figura 2 - Território ocupado atualmente pelo povo Xakriabá – município de São João das Missões
Fonte: Wikipedia, adaptado por CORRÊA, 2019.

“A RURALMINAS chegou aqui fazendo um cadastro, uma taxa de ocupação do pessoal. Aí chegaram, cercaram e instalaram uns registros, picaram no pé dessa terra aqui todinha. Essa aqui foi fazendeiro que tomou de mim. Isso daqui o fazendeiro derrubou essa mata tudo em um ano, daqui lá mundo novo, mundo novo tá lá bem baixo” (OLIVEIRA, apud Emílio, 2008 p.43).

Durante dez anos os Xakriabá se empenharam em comprovar sua identidade para o reconhecimento de suas terras perante a FUNAI que, apesar de reconhecer o território como indígena e estes como remanescentes do mesmo, oscilava entre duvidar que estes eram de fato índios ou justificar que estavam perfeitamente integrados (ver SANTOS, 1994, p.10 apud CLEMENTICO, MONTE- MOR, 2006, p.05).

Mesmo com a demarcação da terra indígena em 1979, quase metade do território estava ocupado pelos fazendeiros. *“No entanto, mesmo depois da homologação da terra em 1979 as violências e coerções continuaram sobre esses índios até 1985 quando, segundo dados do CIMI, 47% de suas terras ainda estavam ocupadas irregularmente”* (SANCHES, 2014 p.70).

Consequente a insistência dos agropecuaristas ocorreram insurgências dos Xakriabá lideradas, sobretudo, por Rosalindo Gomes de Oliveira. Estas revoltas foram extremamente importantes para frear o agronegócio que se alastrava pelo território e homologar a terra para uso exclusivo dos Xakriabá. Porém a partir destas insurgências graves situação ocorreram, e a mais forte delas uma chacina em 1987 e várias mortes, incluindo a da principal liderança insurgente Rosalindo de Oliveira.

“Rosalindo acabou sendo assassinado em 1987 por um grupo de homens armados que invadiram a reserva durante a noite e atiraram, inclusive, em sua esposa e filha. Nesta época, eles contam que era necessário sair sempre em grupo para trabalhar na roça ou qualquer coisa que fossem fazer, com o risco de serem agredidos ou mesmo mortos pelos fazendeiros” (SANCHES, 2014 p.70).

“Devido, principalmente, à repercussão causada pelo assassinato de Rosalindo, a partir de 1988, o governo federal se posicionou ao lado dos índios, colocando a Polícia Federal e Procuradores da República no apoio à missão de expulsar os invasores das terras” (SANCHES, 2014 p.70).

Mesmo com a vitória relacionada à RURALMINAS, o território indígena Xakriabá se partiu em dois, já que uma parte que também habitavam indígenas da Etnia não foi incluída na política de Homologação da FUNAI.

“Primeiramente, o território homologado contava com 46.415 há, sendo que em 2003 conseguiram anexar à terra indígena mais 6.798. - referentes a aldeia de Rancharia. Somando-se, o território atual possui, mais ou menos, 53.000 ha, área esta que corresponde a cerca de um terço do território doado e historicamente herdado pelos Xakriabá” (SANCHES,2014 p.70).

Em 2007, completaram vinte anos que os Xakriabá foram definitivamente reconhecidos pelo Estado brasileiro como uma comunidade indígena. Contemporaneamente as lideranças indígenas, seus aliados e mesmo opositores regionais reconhecem que, neste período, o povo Xakriabá viveu transformações profundas em sua estrutura social e política, ritmadas por um intenso processo de reformulação cultural. A Sociedade

Indígena Xakriabá constitui hoje um complexo modelo de unidade etnopolítica no cenário regional.

Porém mesmo com esta parcela do território demarcada e homologada a população Xakriabá ainda se manteve longe das margens do Rio São Francisco, e portanto longe de um território, que até o Séc. XVII, estavam acostumados a viver.

“Hoje estamos lutando para ampliação do território que vai dar acesso para nós Xakriabá ao Rio São Francisco e também irá garantir os futuros das nossas crianças” (BIZERRA, 2018, p.10).

METODOLOGIA

O (RE)CONHECIMENTO DO INDÍGENA E DO SABER TRADICIONAL: A “COZINHA” E O ATO DE “COZINHAR” COMO PRÁTICA DE UMA ARQUITETURA VERNÁCULA

O antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro explana em um de seus textos que a discussão que permeia a ideia de pertencimento do indígena, suas etnias e aldeias não cabe aos não-indígenas. No máximo, cabe *“ao antropólogo criar condições teóricas e políticas para permitir que as comunidades interessadas articulem sua indianidade”*. A partir desse entendimento, o que está em discussão quando se coloca o conceito de *“indianidade”* em relevo e na esfera pública é uma construção que se dá a partir do grupo em que este mesmo modo de ser/viver é criado, a saber, os próprios indígenas. Afinal, somente o grupo pode dizer *“quem pertence e quem não pertence”*, sendo que só o *“índio pode se garantir”* (VIVEIROS DE CASTRO, 2006).

Os estereótipos vinculados aos indígenas - por criarem modelos ideais de aparência, comportamento e ocupação espacial - ocasionam estranhamento quando a sociedade depara-se com o oposto a tais imagens e, conseqüentemente, se dá um afastamento que toma forma de racismo que despreza aquilo que não se compreende. Se já há uma dificuldade de aceitação quanto aos aldeados ao não reproduzir cotidianamente algum dos estereótipos atribuídos, observa-se uma piora quando a discussão permeia os indígenas que vivem na cidade (segundo o CENSO de 2010, há mais de 5 mil indígenas na RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte- sendo que extraoficialmente, em levantamento feito pelo Comitê Mineiro de Apoio às Causas Indígenas, há hoje, morando ou em trânsito pela cidade, mais de 10 mil indígenas) Situação acirrada pelo fato de que

há poucos trechos da legislação municipal que se associam às preservações dos direitos e da cultura indígenas na cidade. Se transferirmos a reflexão crítica acerca deste diálogo para a presença indígena nas nossas regiões metropolitanas, o que nos diz David Kopenawa, xamã Yanomami, é que - como “brancos” e demarcadores das “cidades” como recortes territoriais (anterior a nossa ocupação, muitas destas cidades, eram terras indígenas) -, antes de qualquer outra coisa, o que nos cabe como obrigação - nem mesmo isto está garantido na produção da nossa ocupação urbana - é garantir legalmente o direito constitucional e singular dos indígenas como cidadãos. Em última instância, é o corpo e sua integridade física o território último de existência para um indígena, como um indígena, nas aldeias, territórios demarcados indígenas, ou nas cidades.

As invasões de terra indígenas por garimpeiros, pecuaristas, grileiros, dentre outros, e a consequente destruição das bases materiais, sociais e culturais que fundamentam a existência indígena em nossa sociedade (um estado “*plurinacional*”, de acordo com a Constituição de 1988), têm promovido uma migração desses povos para as cidades.

É preciso estar atento ao que se passa, estar alerta quanto às tentativas de desfigurar a Constituição que os constituiu, como parte deste estado “*plurinacional*”. Como alertado por Viveiros de Castro no Prefácio do livro *A Queda Do Céu* de Davis Kopenawa e Bruce Albert: “*por meio de projetos legislativos, portarias executivas, e decisões tribunálicas que convergem no propósito de extinguir o espírito dos artigos da Lei Maior que garante os direitos indígenas*” (KOPENAWA, ALBERT, 2015). Para Viveiros de Castro, o estatuto próprio destes povos originários deveria ser bem mais que o de uma categoria sociocultural especial de cidadão. Ao contrário daqueles que defendem que a condição indígena é transitória, e voltada a ser assimilada por uma “*comunhão nacional*”. Como respeitar e garantir a diferença singular da condição de “*co-terranos*”, “*de-coviventes*”, neste nosso mesmo território comum, urbano ou não, desses povos “*diferentes*”? - dada a nossa estupidez etnocida, econocida e, por fim, suicida.

Em uma passagem narrada por Viveiros ele narra o diálogo entre o ministro chefe da Casa Militar, do governo Sarney, com Davi Kopenawa, - em que o General Bayma Denys pergunta:

“ ___ O povo de vocês gostaria de receber informações sobre como cultivar a terra?”

Ao que o impávido xamã replica:

___ Não. O que eu desejo obter é a demarcação de nosso território.”

É deveras presunçosa a postura do general em acreditar que pode ensinar aos indígenas a cuidarem da terra. E o xamã replica dizendo que a única coisa que o governo brasileiro

pode fazer é “demarcar” e preservar estes limites resguardando-os para os indígenas (ver a introdução de Viveiros de Castro ao livro KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Cia das Letras, 2015).

Em outra passagem, narrada por Lévi-Strauss em *Tristes Trópicos*, fica evidente a luta necessária, e antiga, por (re)conhecimento da presença indígena entre nós, dado o imaginário solipsista dos “brancos” dominantes, o antropólogo narra seu diálogo com o embaixador brasileiro na França, Luís de Sousa Dantas, às vésperas do seu embarque para o Brasil em 1934:

“__ Índios? Hélas, meu caro senhor, há muitos lustros que eles desapareceram, todos. [...] Como sociólogo, o senhor irá descobrir muitas coisas apaixonantes no Brasil, mas índios nem pense nisso, o senhor não encontrará um só...” (LÉVI-STRAUSS, 1996).

Narrados estes pequenos exemplos da “nossa” desconsideração quanto ao saber tradicional, e mesmo da presença indígena na “nossa” cultura “branca” dominante, se faz necessário (re)conhecer tais práticas originais como reveladoras de um conhecimento singular acerca de nosso território comum. O objetivo deste pequeno ensaio é promover o desenvolvimento de uma pesquisa mais ampla, como também de atividades de extensão praticadas pelas universidades brasileiras, que (re)conheçam práticas indígenas como um patrimônio cultural contemporâneo a ser valorizado e promovido.

A “cozinha”, a indumentária necessária (fogões, utilitários, tecnologia e espaços característicos para tais atividades), como também os modos de “cozinhar”, coletar, preparar e plantar lavouras, relacionados com tal contexto tão singular, como o do território Xakriabá, nós faz entender que práticas imateriais, como o ato de cozinhar, demandam uma “especialidade” específica.

As questões culinárias, tanto o modo de cozinhar, os ingredientes típicos e disponíveis da região do cerrado e da caatinga, a construção dos diversos tipos de fogão para cada ocasião e a relação com a arquitetura sertaneja-indígena, a lida com a lavoura e com o território, a falta d’água e a escassez de chuva na maior parte do ano, os modos inventados para sobreviver em um contexto tão radicalmente singular, estão magnificamente narrados pelas “mestras” da culinária e da vida Xakriabá, Dona Rosa, Dona Isabel e Dona Lurdes, indígenas nascidas e criadas naquelas terras, no Retrato produzido em vídeo pela TV UFMG, pela Escola de Comunicação através do projeto de Formações Transversais em Saberes Tradicionais promovido pela PROGRAD/UFMG. Documentário em vídeo produzido durante a oferta da disciplina “Cosmociências Culinária e Construção Xakriabá”, em parceria com a Escola de Arquitetura e Design da UFMG e do Programa de Extensão e Pesquisa Morar Indígena ofertada em maio de 2018, acontecida no espaço do Jardim Mandala na Escola de Educação da UFMG (é possível

assistir ao vídeo, intitulado “Retrato das Mestra Xakriabá” no link <https://www.youtube.com/watch?v=R-gyBKrw0ps>). Narrativa sobre a culinária que esbarra no processo construtivo de uma casa Xakriabá, narrado por D. Lourdes, da aldeia Caatinginha, produzido pela TV UFMG durante a construção da casa Xakriabá na FAE-UFMG (ver vídeo no link <https://www.youtube.com/watch?v=GLVoVXx5adE>).

O intuito destas Formações em Saberes Tradicionais, desenvolvidos na UFMG, é o de aprender com os Mestres e as Mestras Xakriabá técnicas construtivas, a pintura do Toá, a construção e a concepção de fogões diversos para uma culinária conectada com o território e as condições locais, aprender a cozinhar com frutos da caatinga e da lavoura cultivada no cerrado é parte da construção de um conhecimento fundamental para entendermos nossas raízes históricas.

É com este intuito que a Formação Transversal em Saberes Tradicionais procura conectar o estudante da UFMG com o aprendizado de uma cultura tão própria e singular para a formação da diversidade que caracteriza o Brasil.

É da cultura Xakriabá práticas em que várias atividades distintas se dão ao mesmo tempo. Faz parte da pedagogia da “*vadiagem*”: em que cada um se envolve e aprende, no seu tempo e interesse, de modo coletivo e no silêncio de mãos e corpos que compartilham conhecimentos e experiências diversas.

Os três módulos de Formação acontecidos (primeiro módulo de construção e pintura de “toá” - pigmentos de terra recolhidos nos leitos secos dos rios do território, da Casa Xakriabá no Jardim Mandala na FAE-UFMG, segundo módulo na Reserva Xakriabá no Município de São João das Missões de construção da Espaço de Cultura Indígena anexa à escola da Aldeia Caatinginha, terceiro módulo de barreamento e renovação da Casa Xakriabá também na FAE-UFMG, com a construção do fogão e a prática/aprendizado da culinária da caatinga e do cerrado com Mestras da cultura Xakriabá) envolveu alunos de 18 escolas diferentes da UFMG e cerca de 160 estudantes da graduação e da pós graduação também da UFMG. Além de estudantes do Instituto Federal de Santa Luzia, crianças do Centro Pedagógico, estudantes indígenas do FIEI (Projeto de Formação de Professores Indígenas da FAE-UFMG) e convidados de outras instituições de ensino.

Daí considerar o ato e os modos de “*cozinhar*” como um exemplo de arquitetura vernácula.

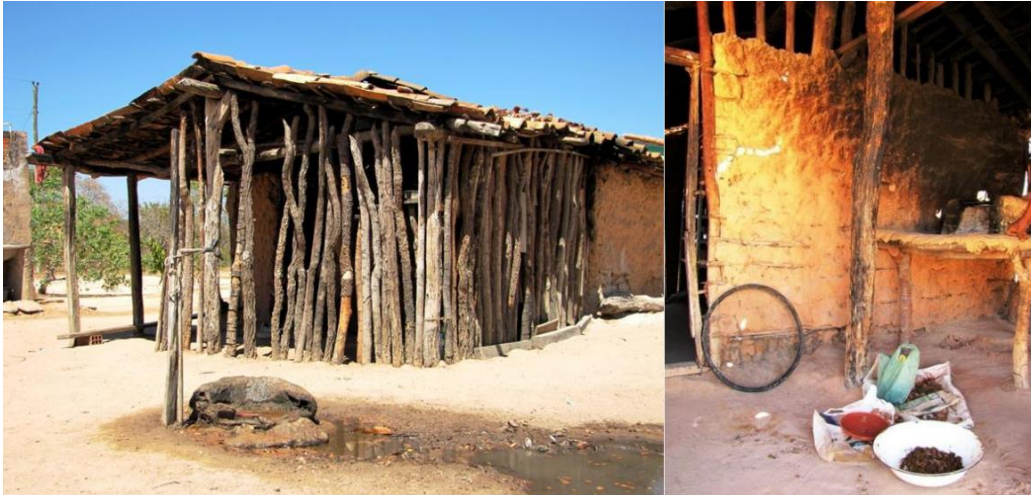


Figura 3 - Aspectos da cozinha e do fogão da casa de D. Libertina na Aldeia da Caatinguinha
Fonte: Autor, 2019

RESULTADOS

Para tanto se faz necessário valorizar e trabalhar por preservar o conhecimento das “*Mestras da Cozinha*”: ___ cozinheiras reconhecidas pela comunidade Xakriabá, e que ainda podem ensinar, desdobrar receitas e modos de preparo cultivados e contextualizados no território desta etnia indígena. Dada as dificuldades contextuais, acabam por ceder aos produtos alimentares processados e industrializados comprados com o pouco dinheiro do programa de “Bolsa Família” do Governo Federal. E se vai perdendo a possibilidade e a tradição de produzirem seus próprios alimentos.

Como objetivo desta investigação junto ao povo Xakriabá, elencamos aqui algumas ações por empreender no âmbito das práticas do coletivo “Morar Indígena” (grupo de pesquisa e extensão), sediado na Escola de Arquitetura da UFMG:

- Os habitantes do território XACRIABÁ estão perdendo e estão carentes e necessitados de tornar a aprender a usar dos recursos da caatinga e do cerrado, além das práticas culinárias cultivadas tradicionalmente, em suas vidas cotidianas;
- Há uma abordagem e uma demanda direta vinda de professores e lideranças
- Xacriabás sobre investir nessas ‘cozinhas’, - tanto no espaço físico quanto nos modos e no uso de ingredientes coletados e cultivados em suas terras;

- Trazer as 'receitas culinárias' da tradição de se cozinhar entre os XAKRIABÁ para a realidade contemporânea das aldeias, e compartilhar este conhecimento nos dias de hoje;
- Estruturar o espaço físico e os equipamentos das cozinhas nas ESCOLAS das aldeias e CENTROS de CULTURA existentes na reserva XAKRIABÁ como lugar de aprendizado e trocas de conhecimento destas práticas culinárias;
- Além de relacionar tais objetivos com a produção de utensílios, objetos e equipamentos para a cozinha e para o cozinhar; com as atividades extrativistas e o conhecimento das frutas e plantas da caatinga e do cerrado; o plantio e a manutenção/produção de um banco de sementes;
- Promover a inclusão no currículo da ESCOLAS a PRÁTICA CULINÁRIA como um saber indígena a ser preservado, compartilhado e desenvolvido;
- Valorizar o saber da COZINHEIRA/CANTINEIRA das Escolas Indígenas, reconhece-las como mestras da cultura e considerar o seu fazer como parte da formação dos jovens Indígenas;
- Desenvolver estas práticas culinárias no cotidiano das ESCOLAS e das famílias, valorizando o trabalho da COZINHEIRA/CANTINEIRA como uma 'mestras/professora' de cultura;
- Estruturar um CALENDÁRIO que marque e valorize estas práticas durante o ano, - eventos que preservem a cultura e compartilhem o conhecimento; ações por um COLETIVO responsável que compartilhe com as diversas aldeias o conhecimento produzido;
- Pesquisar e mapear de onde vem e como se preservar os ingredientes (frutos, raízes e espécies comestíveis) desta culinária no território XAKRIABÁ;
- Incrementar o conhecimento e a produção de utensílios de cozinha (gamelas, panelas de barro e indumentária diversas feitas de madeira, osso e barro) bem como de fogões e fornos a lenha;
- Envolver e compartilhar com os jovens este conhecimento produzido, desde a etapa de formatação dos projetos, seus registros, e a técnica de formatar e empreender projetos culturais;

- Organizar um espaço no território XAKRIABÁ, um museu vivo, de tudo o que existiu, ainda existe e está por inventar destas práticas que envolvem o ato de cozinhar para este povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo constrói argumentos, através de investigações no território Xakriabá, de ações práticas desenvolvidas pelo Programa Morar Indígena de Pesquisa e Extensão sediado na Escola de Arquitetura da UFMG e também pelas ações desenvolvidas no Projeto de Formação Transversal em Saberes Tradicionais coordenado pela PROGRAD-UFMG, sobre o caráter e a importância desta culinária tradicional, da concepção e importância das cozinhas tradicionais nas casas familiares, da prática culinária nas escolas indígenas da Reserva e das cozinhas e “*fogões de chão*” (fornalhas) eventuais construídos para as festas comunitárias.

A partir do contato com este território indígena, da aproximação e cumplicidade conquistada com a comunidade desta etnia, da realização de oficinas na Faculdade de Educação da UFMG através do programa ‘Saberes Tradicionais’, de visitas e atividades promovidas em Escolas da Reserva Xakriabá no município de São João das Missões através do FIEI (programa de formação de professores indígenas realizado na FAE-UFMG), com a presença ativa de algumas dessas Mestras conhecedoras de receitas, e seus modos singulares de coletar frutos e outras plantas do cerrado e da caatinga, Mestras sabedoras da maneira tradicional de preparar e cozinhar os alimentos locais, estamos aprendendo e construindo juntos um conjunto de propostas e atividades práticas que reconhecem tal conhecimento culinário como um modo de se manter produzindo e viva a Arquitetura Vernácula ainda construída e praticada por esta etnia. Que com o saber acumulado de tecnologia desenvolvida propriamente, a partir do uso do barro como matéria prima disponível, promovem um desdobramento contemporâneo nos modos tradicionais de se cozinhar e de construir com os recursos, materiais e técnicas desenvolvidas localmente.

REFERÊNCIAS

BIZERRA, Edmar. **Moradias Tradicionais Xakriabá**. Trabalho de Conclusão de Curso, Formação intercultural de educadores Indígenas. UFMG, 2018.

CLEMENTINO, Xakriabá; MONTE MOR, Roberto Luís; MENDEIROS, Alessandro. Economia, espaço e formação de identidade, Trabalho apresentado ao **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em Caxambu- MG – Brasil, 2006.

CORBOZ, André. “El territorio como palimpsesto”. **Diógenes**, n. 121, primavera de 1983. México, UNAM. Coord. de Humanidades.

GALLOIS, Catherine. Wajapi Rena. Roças, Patios e casas. Rio de Janeiro: **Museu do índio/Apina/CTI/NHII-USP**, 2002.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A Queda do Céu**: Palavras de um Xamã Yanomami. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

OLIVEIRA A. R. A experiência Xakriabá. Universidade de Brasília, Brasília 2008. (Mestrado em Antropologia Social).

PAIXÃO,ALVES, Maria da,Genilson. **Usando as artes para conscientização e sensibilização do uso das novas tecnologias**. Trabalho de Conclusão de Curso, Formação intercultural de educadores Indígenas. UFMG, 2019.

PEREIRA, Verônica Mendes. **A cultura na escola ou a escolarização da cultura?** Um olhar sobre as práticas culturais dos índios Xakriabá. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2003. (Mestrado em Educação)

RIBEIRO, Berta G. (coord.) Suma Etnológica Brasileira, **Tecnologia indígena**, edição atualizada do Handbook os south American Indians, Petrópolis: Vozes 1986.

SANCHES, Débora C.C. **A produção do espaço no Território Xakriabá**: aldeias Imbaúbas e Caatinginha. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

SANTOS, Ana Flávia M. **Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xakriabá**: as circunstâncias de formação de um povo. Um estudo sobre a construção social de fronteiras. Universidade de Brasília, Brasília: 1997. (Dissertação de Mestrado em Antropologia).

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1996. “**Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio**”. Mana. Estudos de Antropologia Social, 2(2):115-144.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “**A floresta de cristal**: notas sobre a ontologia dos espíritos amazônicos.” Cadernos de Campo, n. 14-15, p. 319-338, 2006

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “**Transformação na antropologia, transformação da Antropologia**”. MANA 18(1): 151-171, 2012.

AGRADECIMENTOS

Ao povo Xakriabá, ao CNPQ e à PROEX/UFMG

2º Seminário Arquitetura Vernácula
Belo Horizonte/MG - de 04 a 06/11/2019